

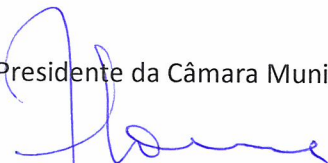
EDITAL

Anselmo Antunes de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Mêda, torna público, nos termos e para os efeitos, do disposto no artigo 17.º n.º 2 do Código das Expropriações com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 56/2008, de 4 de setembro, que por despacho de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais de 20 de agosto publicado por Declaração (extrato) n.º 36/2018, no Diário da República 2ª Série, nº 175, de 11 de setembro de 2018, conforme fotocópia que se anexa, foi declarada a utilidade pública urgente da expropriação da parcela necessária à execução da obra de Requalificação e Valorização do Castelo de Longroiva.

E para constar, se publica o presente Edital, que vai ser afixado nos lugares habituais no concelho de Mêda e publicitado no site da Autarquia de Mêda supra identificado.

Paços do Concelho de Mêda, 19 de setembro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,



(Anselmo Antunes de Sousa, Dr.º)

Município	Nível 3	Nível 6
Proença-a-Nova	0	4
Sertã	0	5
<i>Total</i>	4	28
<i>Total Geral</i>	4	30

311636885

Direção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extrato) n.º 36/2018

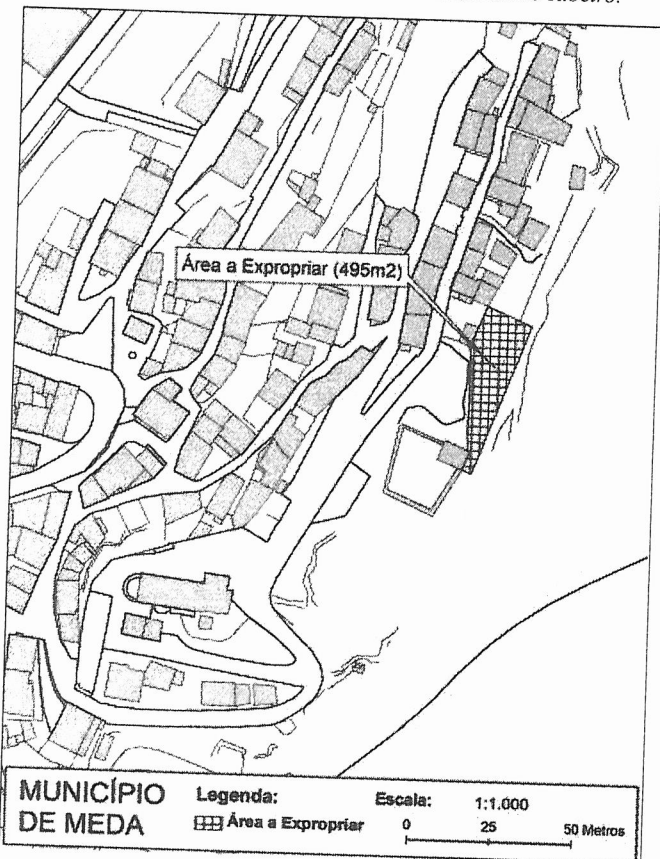
Torna-se público que o Secretário de Estado das Autarquias Locais, por despacho de 20 de agosto de 2018, a pedido da Câmara Municipal de Mêda, declarou a utilidade pública urgente da expropriação da parcela a seguir referenciada e identificada na planta anexa:

N.º parcela	Proprietário	Área (m²)	Matriz (Freguesia de Longroiva)		N.º da descrição do registo predial
			Rústico	Urbano	
1	Rui Manuel Rodrigues Ribeiro	495,17	158	—	1454

A expropriação destina-se à «Requalificação e Valorização do Castelo de Longroiva».

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na Informação Técnica n.º I-001051-2018, de 9 de agosto de 2018, da Direção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do Processo n.º 13.012.18/DAJ, daquela Direção-Geral.

30 de agosto de 2018. — O Subdiretor-Geral, *António Ribeiro*.



311628785

Guarda Nacional Republicana

Comando-Geral

Despacho (extrato) n.º 8674/2018

Nos termos do disposto no artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, notificam-se os trabalhadores que recuperaram a expropriação

prego Público (www.bep.gov.pt) com o código de oferta OE201802/0455, da lista de trabalhadores admitidos e não admitidos.

Para o efeito, é disponibilizada a lista de trabalhadores admitidos e não admitidos na página eletrónica www.gnr.pt, contendo os fundamentos de exclusão.

Notificam-se os referidos trabalhadores, que o processo encontra-se disponível para consulta nas instalações do Comando da Administração dos Recursos Internos, Direção dos Recursos Humanos, Repartição de Cíveis, sito em Rua Cruz de Santa Apolónia, n.º 16, Lisboa, no horário compreendido das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos.

23 de agosto de 2018. — O Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, *Luis Francisco Botelho Miguel*, Tenente-General.

311615127

Despacho n.º 8675/2018

Por meu Despacho de 24 de agosto de 2018, proferido no uso da competência delegada pelo Exmo. Comandante-Geral, é promovido ao posto de Guarda Principal, nos termos do artigo 119.º e alínea a) do artigo 256.º, ambos do EMGNR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/09, de 14 de outubro, o Guarda de Infantaria (1960249) José António do Souto Rodrigues, com antiguidade de 01 de janeiro de 2017.

Fica colocado na lista de antiguidade da sua categoria, quadro e posto, à esquerda do Guarda Principal de Infantaria (2060978) Bruno Alexandre Bento Correia e direita do Guarda Principal de Infantaria (1960478) Amílcar Manuel da Conceição Franco.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia 31 de maio de 2018, por força do Despacho Conjunto n.º 4298-A/2018 de S. Exas. o Ministro da Administração Interna e a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 82, de 27 de abril de 2018.

27 de agosto de 2018. — O Comandante do Comando da Administração de Recursos Internos, *Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva*, Major-General.

311615192

Inspeção-Geral da Administração Interna

Despacho (extrato) n.º 8676/2018

Designação do licenciado Hugo Filipe Rodrigues Tavares, como diretor de serviços da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI)

Através do Decreto-Lei n.º 146/2012, de 12 de julho procedeu-se à 1.ª alteração do Decreto-Lei n.º 58/2012, de 14 de março (Lei Orgânica da IGAI) que fixou a sua organização interna.

A IGAI passou a obedecer ao modelo de estrutura hierarquizada e foi criado na composição do mapa de cargos de direção, um lugar de direção intermédia de 1.º grau.

Considerando que é necessário proceder à designação de um dirigente para este cargo de forma a garantir o normal funcionamento dos serviços e visando a prossecução das atribuições referidas no Decreto-Lei n.º 146/2012, de 12 de julho;

Considerando que o licenciado Hugo Filipe Rodrigues Tavares possui